

Estudo Técnico Preliminar 3/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 90082023

2. Objetivo

2.1 Têm por objetivo os presentes estudos técnicos preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para fins de prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2024 no estado do Rio Grande do Norte, mediante alocação de postos de trabalho, para atuação nas Zonas Eleitorais, na Seção de Urna Eletrônica (SUE), na Seção de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, à luz do disposto no no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

3.1 As eleições são um momento de alta demanda de serviços a serem realizados em muitas unidades deste Tribunal, especialmente naquelas que têm estreita vinculação com as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das eleições. Entretanto, em que pese haver substancialmente o acréscimo da demanda de atividades nesse período em comparação com um ano não-eleitoral, não há nenhum aumento vinculado no quadro de pessoal efetivo do Tribunal para absorver as inúmeras tarefas indispensáveis para a realização de uma eleição bem sucedida, com a qualidade esperada e dentro dos prazos estabelecidos legalmente.

3.2 O atendimento eficiente do eleitor, dos candidatos e partidos políticos, o registro das candidaturas, a análise e julgamento dos processos judiciais e administrativos, com a devida transparência, segurança e celeridade, além das vistorias e preparação dos locais de votação e suas respectivas seções eleitorais, elaboração e organização dos materiais dos mais de trinta e nove mil mesários, são algumas das incontáveis atividades a que algumas unidades administrativas do Tribunal ficam submetidas no ano eleitoral, contando, apenas, com uma limitada força de trabalho para dar conta de todo o acréscimo de atividades preparatórias que serão exigidas para o sucesso do pleito.

3.3 Mesmo com o habitual acréscimo da jornada de trabalho dos servidores no período eleitoral, a sua força de trabalho não consegue suprir toda a necessidade de serviços relacionados a um pleito, seja ele geral ou municipal, como é o caso das próximas eleições em 2024.

3.4 Para se ter uma noção do volume de trabalho, projeta-se para o Estado do Rio Grande do Norte em 2024 o funcionamento de 8.048 (oito mil e quarenta e oito) seções eleitorais,

distribuídas em 167 (cento e sessenta e sete) municípios, com 60 (sessenta) Cartórios Eleitorais, os quais atenderão aproximadamente 2.565.556 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis) eleitores, envolvendo zona urbana e rural.

3.5 Nas Eleições Municipais de 2024, no âmbito do Rio Grande do Norte, serão instalados aproximadamente 1.570 (mil quinhentos e setenta) locais de votação, com a convocação de aproximadamente 39.591 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e um) mesários e pessoal de apoio logístico (que inclui administradores de prédio/supervisores de local de votação, auxiliares de pontos de apoio e de serviços eleitorais, além dos coordenadores de acessibilidade) no 1º turno e, em eventual 2º turno, mais 7.132 (sete mil, cento e trinta e dois) mesários e pessoal de apoio logístico, bem como, serão utilizadas em torno de 8.670 (oito mil, seiscentos e setenta) urnas eletrônicas, incluindo as de contingência, de reserva e as eventuais inoperantes. Importa deixar registrado que esse pessoal, na sua quase totalidade, só é convocado para atuação no dia da eleição.

3.6 Nesse contexto, fica evidente perceber que, mesmo com o envolvimento desse grande contingente de pessoas no dia da eleição, ainda se faz necessário o recrutamento de um quantitativo considerável de pessoas, a fim de que possam auxiliar nas atividades prévias, que envolvem desde as vistorias dos locais de votação, elaboração e preparação dos materiais dos mesários (impressos variados), organização dos locais de votação e seções eleitorais já citadas anteriormente, além de auxiliar e prestar suporte em diversas outras atividades administrativas desenvolvidas pelas unidades competentes do Tribunal, nos treinamentos e nos eventos preparatórios à votação, à transmissão dos resultados e à totalização da eleição.

3.7 Verifica-se, então, a necessidade de estudar soluções viáveis para amenizar as dificuldades oriundas da pequena quantidade de servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do TRE/RN, principalmente naqueles sediados no interior do Estado, bem como na Seção de Urna Eletrônica (SUE), na Seção de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE). A cada ciclo eleitoral, verifica-se que o número de servidores é insuficiente para atender à demanda de trabalho prevista para as referidas unidades durante o período de preparação e de realização das Eleições.

3.8 Diante do que foi exposto acima, esse Estudo Técnico Preliminar está sendo realizado para indicar a solução mais viável, dentre as disponíveis no mercado, para prover este Tribunal da força de trabalho suficiente para auxiliar no atendimento das atividades administrativas necessárias à preparação do pleito de 2024, a serem desenvolvidas pelas Zonas Eleitorais de todo o Estado do Rio Grande do Norte e pelas Seções de Urna Eletrônica (SUE), de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN.

Entre as atividades das referidas unidades, podemos citar:

3.8.1 Atendimento do eleitor, dos candidatos e partidos políticos, processamento dos registros de candidaturas, análise e julgamento dos processos judiciais e administrativos, vistorias e preparação dos locais de votação e suas respectivas seções eleitorais, elaboração e organização dos materiais de mesários;

3.8.2 Elaboração de listas, planilhas ou materiais necessários aos atendimentos e eventos sob a responsabilidade da unidade;

3.8.3 Recolhimento, organização e distribuição dos materiais e equipamentos a serem utilizados nas eleições, inclusive mídias, materiais de consumo e urnas eletrônicas;

3.8.4 Alimentação de dados em sistemas informatizados;

- 3.8.5 Publicação de materiais/informações no Portal das Eleições;
- 3.8.6 Comunicação com as unidades administrativas do Tribunal para fins diversos (via *e-mail*, *web chat*, *whatsapp*, telefone, entre outros);
- 3.8.7 Controle de estoque de mídias, peças e suprimentos de urnas eletrônicas;
- 3.8.8 Monitoramento dos chamados de suporte técnico e dos atendimentos às unidades administrativas, por meio de *e-mail*, *whatsapp*, telefone, *web chats* ou sistemas informatizados;
- 3.8.9 Acompanhamento/monitoramento da totalização da eleição;
- 3.8.10 Treinamento, suporte e controle das atividades dos eventos de teste pós-transporte e de manutenção de urna eletrônica, da votação e transmissão dos resultados das eleições;
- 3.8.11 Monitoramento da execução das atividades previstas no Plano Integrado das Eleições 2024 - PIELEI 2024 pelas unidades administrativas da Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais de todo o Estado;
- 3.8.12 Nomeação, convocação e capacitação dos mesários e pessoal de apoio logístico;
- 3.8.13 Fiscalização da propaganda eleitoral;
- 3.8.14 Participação em reuniões, simulados e testes para melhoria do processo eleitoral;
- 3.8.15 Preparação das mídias e das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas eleições;
- 3.8.16 Desempenho de outras atividades assemelhadas, necessárias ao regular andamento do Processo Eleitoral.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES/STIE - TRE/RN	MARIA TERESA FARACHE PORTO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Requisitos orçamentários:

5.1.1 Trata-se de uma das contratações de maior valor previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2024, na ordem de R\$ 2.128.139,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil, cento e trinta e nove reais), devido a sua relevância para a boa execução das Eleições 2024, posto que os serviços a serem executados são indispensáveis para o sucesso das eleições e devem obedecer rigorosamente ao calendário eleitoral 2024 estabelecido por normativo do Tribunal Superior Eleitoral, o que torna inviável a possibilidade de adiamento ou prorrogação de datas. A solução mais viável deverá observar como teto orçamentário o valor previsto no PCA 2024, cujo período do contrato não deverá exceder de 6 (seis) meses.

5.1.1.1 Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá de solicitar a suplementação do orçamento ou providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2 Requisitos Técnicos:

5.2.1 Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, deixando claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN;

5.2.2 Se a solução escolhida demandar mão de obra residente, a licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos de atuação no mercado de trabalho;

5.2.3 A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissional (preposto), que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato.

5.3 Requisitos temporais:

5.3.1 Diante dos problemas apresentados no tópico 2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO desses estudos, a solução deve ser provida até, no máximo, a primeira quinzena de junho de 2024, tendo em vista a iniciação das atividades a serem desenvolvidas pelo pessoal da empresa contratada na segunda quinzena de junho de 2024, de forma a não comprometer o cumprimento do calendário eleitoral de 2024 e, conseqüentemente, o pleito do dia 06/10/2024 e, caso haja 2º turno, do dia 27/10/2024.

5.4 Requisitos geográficos

5.4.1 A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.

5.5 Requisitos operacionais

5.5.1 Os serviços serão prestados nos Cartórios Eleitorais de todo o Estado do Rio Grande do Norte, nos endereços publicados no sítio do TRE/RN, acessados por meio do link <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/enderecos-eletronicos>, e nas Seções de Urna Eletrônica (SUE), de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, estando a primeira localizada no Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, situado na Rua da Torre, s/n - Tirol, Natal/RN e as duas últimas no edifício-sede do TRE/RN, situado à Av. Rui Barbosa, 215 - Tirol, Natal/RN;

5.5.2 Os serviços serão prestados num período máximo de 120 (cento e vinte) dias, com quantitativos de postos de trabalho diferenciados para 120 (cento e vinte), 60 (sessenta) e 30 (trinta) dias para o 1º Turno das Eleições 2024 e, caso haja votação de 2º Turno em Natal, a execução terá continuidade e abrangerá mais 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por interesse do TRE/RN e concordância das partes por mais 31 (trinta e um) dias até o dia 19/12/2024, em virtude das demandas decorrentes das atividades cartorárias posteriores às eleições, mediante formalização de Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.5.3 A solução deverá prever a capacidade de atendimento de, no mínimo, os seguintes quantitativos de postos de trabalho:

- a) **166** (cento e sessenta e seis) empregados, no caso de contratação para execução do Lote 1;
- b) **130** (cento e trinta) empregados, no caso de contratação para execução do Lote 2;
- c) **296** (duzentos e noventa e seis) empregados, no caso de contratação para execução dos Lotes 1 e 2.
- d) **47** (quarenta e sete) empregados, no caso de realização de 2º turno, a serem escolhidos dentre os que já participaram do 1º turno na mesma localidade, visto que já foram capacitados;

5.6 Requisitos de sustentabilidade:

5.6.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas IN 01/2010 - SLTI/MPOG, no que couber;

5.6.2. A empresa contratada deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar as suas práticas, no que for cabível.

5.7 Requisitos de segurança da informação

5.7.1 A futura contratada deverá ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de sigilo da informação.

5.8 Requisitos econômico-financeiros

5.8.1 Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

5.9 Requisitos fiscais e trabalhistas

5.9.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

5.9.2 Tais condições devem ser mantidas durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

5.10 Requisitos administrativos

5.10.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas), devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

5.11 Requisitos quanto a prevenção e combate ao assédio

5.11.1 A futura contratada deverá ter conhecimento e adotar as práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN.

5.12 Requisitos de acessibilidade

5.12.1 Durante esse estudo técnico preliminar não foram encontrados requisitos de acessibilidade condicionados à contratação vislumbrada, principalmente, por tratar-se de uma prestação de serviço temporária.

5.12.2 Foram observados que os requisitos de acessibilidade estão presentes nas contratações de serviços contínuos, que não é o caso desses estudos preliminares, mas que, de fato, estabelecem reservas de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas em condições de vulnerabilidade, exigindo, ainda, a adoção de ações de equidade entre mulheres e homens (Dec. nº 11.430/2023, Lei nº 14.133/2021 e Res. CNJ nº 497/2023).

5.12.3 Quanto à reserva de vagas para os oriundos ou egressos do sistema prisional, exigência contida no art. 5º do Decreto nº 9450/2018, registre-se que o ser **art. 6º, §4º**, cria uma **dificuldade relevante para a Administração** ao estabelecer que, em havendo demissão ou outro fato que impeça o comparecimento do egresso alocado para a contratação, **a contratada terá até 60 (sessenta) dias para providenciar o preenchimento da vaga em aberto**, do que se conclui que **a utilização de egressos do sistema prisional é inviável para contratos administrativos de curta duração**, como é o caso da contratação dos serviços de apoio administrativo para as Eleições 2024 que tem duração de pouco mais de dois meses, inclusive em razão da exigência de que a substituição dos auxiliares de eleições seja feita de imediato, de maneira a evitar prejuízos para as atividades preparatórias das eleições. Assim, constata-se que as atividades a serem desenvolvidas pelos Auxiliares de Eleições são incompatíveis para atuação de egressos do sistema prisional, sendo inviável a contratação desses colaboradores em razão do risco que poderia proporcionar ao sigilo e confiabilidade dos dados e à execução adequada das inúmeras tarefas nos prazos do calendário eleitoral, podendo comprometer atividades essenciais para as Eleições 2024.

6. Levantamento de Mercado

Considerando as soluções levantadas por esta equipe de planejamento, estudadas nos seus vários aspectos, encontramos cinco possibilidades que poderiam ser utilizadas para amenizar a problemática da falta de pessoal para atuar nas eleições, as quais apresentamos abaixo:

6.1 Prestação de serviços mediante convocação de eleitores:

6.1.1 Nesta solução as atividades eleitorais são prestadas por eleitores convocados em número suficiente para atuarem como auxiliares de serviços eleitorais nas zonas eleitorais de todo o Estado do RN para a realização das atividades de organização e preparação das eleições, como já explicitado no tópico 2.

6.1.1.1 A legislação vigente permite que o(a) juiz(a) eleitoral convoque eleitores(as) para prestarem apoio logístico, em número e pelo período necessários, para atuarem como auxiliares dos serviços eleitorais, observado o limite máximo de 10 (dez) dias, distribuídos nos

dois turnos, nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores e de 6 (seis) dias, também distribuídos nos dois turnos, nos municípios com até 200.00 (duzentos mil) eleitores.

6.1.1.2 A contrapartida para a prestação desses serviços pelos eleitores(as) convocados(as) é que a cada dia de convocação serão concedidos 2 (dois) dias de folga, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem junto ao seu trabalho oficial (Lei nº 9.504/1997, art. 98), não sendo incluídos no limite descrito no item anterior, os dias de treinamento.

6.1.1.3 Essa sistemática já ocorre em todas as eleições, sejam elas municipais como é a de 2024, gerais ou suplementares. Porém, essa convocação sempre esteve mais voltada para a atuação na véspera e no dia da eleição, não atendendo às outras inúmeras atividades indispensáveis à execução do pleito.

6.1.2 Vantagens:

6.1.2.1 A maior vantagem dessa solução é o fato de ensejar um baixo custo para o TRE/RN (só há o pagamento do auxílio-alimentação), não só por não haver o custo com o pagamento de empresa contratada para esse fim, mas pela própria economicidade gerada pela ausência do processo de contratação que hoje demonstra ser complexo e oneroso, além de difícil gestão e fiscalização, em função da ampla área geográfica em que os postos de trabalho são alocados;

6.1.2.2 Essa solução além de não acarretar grandes gastos, também pode ser utilizada parcialmente, de forma a reduzir o custo empregado em uma eventual contratação, vez que permitirá uma contratação com redução de postos de trabalho para serem utilizados no mesmo período para todas as zonas ou, ainda, por maior tempo apenas para zonas eleitorais que apresentem um cenário de força de trabalho com alta criticidade;

6.1.2.2 É fato que essa convocação também traz a possibilidade de podermos contar com uma força de trabalho mais qualificada, visto que esses eleitores podem ser escolhidos de órgãos públicos ou empresas privadas, dentre estudantes e profissionais que já atuam no mercado de trabalho, o que remete a uma maior responsabilidade e capacidade em relação ao trabalho que será executado, além de poderem ser novamente convocados em eleições futuras (consecutivas), resultando numa força de trabalho mais experiente e capacitada a cada eleição;

6.1.2.3 Outra vantagem é a redução de riscos que temos em relação à contratação, uma vez que os processos licitatórios são mais complexos e sem garantia de sucesso, por não sabermos se, de fato, teremos empresas interessadas e aptas a serem contratadas pelo Tribunal, o que na convocação não ocorre, visto que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, sendo obrigatório, conforme previsto no art. 365 do Código Eleitoral, sendo a sua recusa ou abandono sem justa causa interpretado como crime (art. 344 do Código Eleitoral).

6.1.2.4 Considerando a redução do custo que essa solução possibilita, isso pode permitir o redirecionamento do orçamento para melhor atender outras despesas igualmente importantes, como por exemplo, a contratação de veículos, ampliação do programa de estágio, aumento do quantitativo de beneficiários do auxílio-alimentação;

6.1.2.5 Ainda como vantagens para a sociedade, essa solução reduzirá o custo do voto, ampliará participação ativa do eleitor nas atividades eleitorais, o aproximando do processo eleitoral, o que trará mais conhecimento, visibilidade e transparência acerca do sistema eletrônico de votação e do processo de votação como um todo, gerando mais confiabilidade e segurança no trabalho da Justiça Eleitoral;

6.1.2.6 Também podem ser verificados os benefícios que a participação desses eleitores no processo eleitoral trazem para eles próprios, como o fortalecimento do exercício da cidadania, o usufruto de folgas no trabalho pelo dobro dos dias de convocação, sem prejuízo do salário, a percepção de auxílio-alimentação, a vantagem de sua atuação ser considerada como uma atividade voluntária, o que é utilizado como critério de desempate em concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais e em outros concursos públicos, desde que haja previsão em edital, além das horas trabalhadas ainda poderem ser convertidas em atividades complementares (previsão em convênios), no caso dos estudantes de universidade ou faculdades conveniadas.

6.1.2.7 O treinamento desse pessoal é de responsabilidade do TRE/RN como em quaisquer das demais possibilidades de solução, porém, recairá sobre o pessoal da Secretaria do TRE /RN, desafogando a zona eleitoral e garantindo mais qualidade.

6.1.3 Desvantagens:

6.1.3.1 Muitas zonas eleitorais tem considerável dificuldade em convocar o quantitativo necessário de eleitores para realizarem essas atividades de apoio logístico, devido não possuírem no seu município ou em municípios próximos/vizinhos, estabelecimentos privados e públicos que atendam numericamente essa elevada demanda;

6.1.3.2 Também foi ressaltado pelas zonas eleitorais o risco desses eleitores não comparecerem para a realização das atividades para as quais foram convocados, apesar das sanções a que estão submetidos. Algumas vezes é percebida a falta de comprometimento, o que foi vinculado à falta de uma compensação financeira para esse eleitores convocados;

6.1.3.3 A convocação de um número elevado de eleitores de outros órgãos públicos ou privados causam transtornos a esses estabelecimentos, que ficam sem esse pessoal nos dias em que estão prestando serviço à Justiça Eleitoral e nos outros em que usufruirá folgas como compensação pelo trabalho prestado. Foi enfatizada que haverá a transferência do custo da Justiça Eleitoral para outros órgãos da Administração Pública ou Privada;

6.1.3.4 O recrutamento desse pessoal recairá como mais uma atividade sob a responsabilidade da zona eleitoral, exigindo muito esforço e tempo gasto para a convocação, substituições necessárias e comunicações. Como forma de abrandar essa desvantagem da solução, foi visto que esse ponto poderia ser facilitado com a importação de um sistema de gerenciamento do apoio logístico utilizado por outro Regional, facilitando e agilizando o processo de convocação.

6.1.3.5 As convocações remanescentes, utilizadas para substituir aqueles eleitores convocados e impossibilitados de assumir o seu papel, fogem ao calendário do Plano Integrado das Eleições - PIELEI 2024, exigindo que a zona eleitoral assuma o treinamento desse pessoal.

6.2 Prestação de serviço mediante postos de trabalho de auxiliares de eleições

6.2.1 Solução que vem sendo adotada pelo Tribunal desde 1996 em cada eleição (a cada dois anos). A contratação recai em empresa especializada na prestação de serviços por tempo determinado, mediante alocação de postos de trabalho em algumas unidades administrativas e zonas eleitorais do Tribunal.

6.2.1.1 Verifica-se que o mercado é bem servido de empresas nesse segmento de serviços;

6.2.1.2 Em relação aos requisitos previstos no tópico 3 desses estudos, essa solução atende a todos eles, podendo ser observado, algumas vezes, o aparecimento de dificuldades em garantir a qualificação da mão-de-obra (requisitos técnicos) e a capacidade econômica da empresa durante o contrato (requisitos econômico-financeiros);

6.2.2 Vantagens:

6.2.2.1 A maior vantagem dessa solução é a garantia de que teremos pessoal em número suficiente para atender as demandas de atividades do período eleitoral, caso a contratação seja bem sucedida.

6.2.2.2 Essa solução vem sendo avaliada como a que mais atende às necessidades das zonas eleitorais do RN;

6.2.2.3 Outra vantagem é que não precisaremos assumir a logística de recrutamento, seleção, transporte e deslocamento de pessoal nos respectivos postos de trabalho, visto que esses procedimentos são de responsabilidade da empresa contratada, assim como o pagamento dos salários, encargos sociais, impostos, direitos trabalhistas, auxílio-alimentação e vale-transporte, o controle de frequência, substituição dos postos de trabalho, entre outros.

6.2.2.4 Em caso de faltas ao trabalho, a empresa é obrigada a substituir esse funcionário, que cobrirá imediatamente o referido posto de trabalho.

6.2.3 Desvantagens:

6.2.3.1 Nem sempre conseguimos obter pessoal qualificado e devidamente responsável para a atuação na Justiça Eleitoral, visto que, devido à necessidade de se dedicarem integralmente às atividades eleitorais por um pequeno período (30 a 60 dias), acabam recaindo sobre pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho. Essa situação tem sido observada em algumas ocasiões, o que tem gerado desgaste às chefias das unidades administrativas que os recebem;

6.2.3.2 A empresa contratada nem sempre cumpre com as suas obrigações trabalhistas, havendo, algumas vezes, atraso no pagamento dos salários ou dos vales-transporte, gerando insatisfação no funcionário, o que recai sobre a sua produtividade, além de mobilizar o responsável pela unidade em que está trabalhando no Tribunal, para comunicar e reivindicar a solução do problema, o que toma tempo do servidor num período que ele está sobrecarregado de atividades e responsabilidades;

6.2.3.3 Pendência dos recolhimentos de ISS de alguns municípios, devido às dificuldades apresentadas pelos próprios municípios, o que vem aumentando o passivo do Tribunal.

6.2.3.4 Apesar de nas faltas ao trabalho, a empresa substituir o funcionário ausente, cobrindo imediatamente o referido posto de trabalho, não há o devido treinamento como houve no início da contratação, responsabilidade que recairá sobre o pessoal da unidade administrativa em que atuará e não mais sobre o pessoal da Secretaria do Tribunal, num momento de grande sobrecarga de trabalho;

6.3 Prestação de serviço mediante processo de recrutamento e seleção por entidade educacional

6.3.1 Essa solução abrange um convênio com uma fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, que será responsável pelo recrutamento, seleção, contratação, renovação, pagamento e desligamento dos candidatos e ocupantes dos postos de trabalho;

6.3.1.1 O convênio é um acordo de parceria entre o TRE/RN e uma fundação voltada para o ensino, pesquisa e extensão, o que não precisa de um processo licitatório para ser efetivado, tornando o processo de aquisição da mão-de-obra mais célere;

6.3.1.2 Nesse tipo de solução há a transferência dos recursos financeiros para a conveniente, para o atendimento do objeto pretendido.

6.3.2 Vantagens:

6.3.2.1 A depender das obrigações estabelecidas para o conveniente e o concedente, o convênio pode ter a sua adoção parecida com a de uma contratação, ficando o conveniente com a responsabilidade das despesas relativas à prestação dos serviços de recrutamento, seleção, salários, encargos sociais, impostos, direitos trabalhistas, auxílio-alimentação, vale-transporte e outras que incidam sobre a execução do convênio, como treinamentos, deslocamentos de pessoal, ferramentas, controle de frequência, substituição dos postos de trabalho, entre outros;

6.3.2.2 Os recursos poderão ser pagos parceladamente, a cada ateste dos serviços prestados;

6.3.2.3 O concedente ficará responsável apenas pelo repasse financeiro das despesas relativas ao convênio, assim como do acompanhamento e aferição da execução do objeto, conforme pactuado no Plano de Trabalho.

6.3.3 Desvantagens:

6.3.3.1 Encontrar interesse nas fundações de ensino, pesquisa e extensão, visto que o propósito dessas instituições é o aprendizado e desenvolvimento do aluno e que as atividades a serem desenvolvidas junto à Justiça Eleitoral são bastante específicas, o que pode limitar interessados e, ainda, ter um viés mais trabalhista do que educacional;

6.3.3.2 Mesmo que o convênio seja efetivado pode haver o desinteresse do pessoal selecionado na execução de algumas atividades de baixa complexidade, mas de extrema relevância para a Justiça Eleitoral;

6.3.3.3 O custo dessa solução é semelhante ao da contratação, não demonstrando-se vantajosa;

6.3.3.4 O quantitativo necessário de pessoal pode não ser alcançado por meio de um único convênio, o que elevaria bastante o risco em adotá-lo como solução;

6.3.3.5 Pulverizar convênios com várias instituições de ensino também oferece muitos riscos, desde a dificuldade de existência dessas instituições em alguns municípios como, principalmente, os seus gerenciamentos.

6.4 Prestação de serviço mediante requisição de servidores de outros órgãos públicos

6.4.1 A requisição de servidores é prevista por lei, sendo uma antiga prática adotada pelo Tribunal, ocorrendo tanto nas zonas eleitorais de todo o Estado como em alguns setores da Secretaria do Tribunal, que tem servidores públicos de outros órgãos atuando por anos na Justiça Eleitoral.

6.4.1.1 Além da requisição ordinária citada no item anterior, também é possível lançar mão das requisições extraordinárias, por seis meses, em anos eleitorais, que poderiam atender a nossa demanda.

6.4.2 Vantagens:

6.4.2.1 Os servidores requisitados para o período de 6 (seis) meses poderiam suprir a falta de pessoal no período mais crítico do ano eleitoral;

6.4.4 A requisição também tem como atrativo a percepção de serviço extraordinário e, em algumas situações, auxílio-alimentação.

6.4.3 Desvantagens:

6.4.3.1 Dificuldade elevada de conseguir requisitar servidores de outros órgãos públicos, devido a sua limitação em alguns municípios (indisponibilidade de órgãos públicos ou de servidores que cumpram os requisitos do cargo para o qual está sendo requisitado);

6.4.3.2 A prestação do serviço por um pequeno período de tempo não possibilita uma atuação mais ampla e efetiva na unidade onde será lotado, visto que não tempo hábil para o aprendizado e assunção de tarefas mais complexas;

6.4.3.3 Os órgãos públicos, de uma forma geral, também enfrentam déficit de pessoal, assim como o TRE/RN, criando empecilhos para a disponibilização desses servidores ao Tribunal;

6.4.3.3 Considerando que a requisição obedece ao limite máximo de 1 servidor requisitado a cada 10000 eleitores por zona eleitoral, observa-se que esse critério é insuficiente para as demandas no período eleitoral.

6.5 Prestação de serviço mediante remanejamento temporário de pessoal entre unidades administrativas do Tribunal

6.5.1 Essa solução ocorre em momentos específicos do ano eleitoral, quando servidores lotados nas unidades administrativas da Secretaria do Tribunal formam uma força-tarefa para auxiliar as zonas eleitorais no cumprimento das suas atividades, especialmente no fechamento do cadastro eleitoral (2ª quinzena de abril até o final de maio), na antevéspera, véspera e dia do pleito, bem como em grupos colaborativos para análise dos processos de registro de candidaturas e de prestação de contas eleitorais.

6.5.2 Vantagens:

6.5.2.1 Os servidores utilizados como reforço de pessoal nas zonas eleitorais conseguem desenvolver muitas dessas atividades de forma remota, diretamente da sua unidade de lotação, sem necessitar de despesa para o seu deslocamento, mas com o aumento da jornada de trabalho, ensejando a prestação de serviço extraordinário durante um turno, podendo no contraturno realizar as atividades da sua unidade de lotação;

6.5.2.2 Essa força-tarefa abrange ex-servidores de zonas eleitorais ou servidores experientes que já dispõe da expertise necessária à execução das atividades, muitas vezes, dispensando treinamento ou se submetendo apenas a uma atualização na matéria;

6.5.3 A logística utilizada para esse auxílio é fácil e rápida, vez que está basicamente voltada para a liberação do acesso aos sistemas eleitorais, sem necessidade de deslocamentos;

6.5.4 O deslocamento só acontece em raras situações e por poucos dias, próximo da eleição, tendo ainda o benefício dos servidores poderem ser deslocados com veículos do Tribunal, para boa parte das localidades.

6.5.3 Desvantagens

6.5.3.1 Essa força-tarefa só abrange um pequeno período, visto que esses servidores não podem se ausentar por muito tempo das suas unidades de lotação, a fim de não comprometerem o andamento regular das atividades rotineiras do seu setor, o que não atende às necessidades das unidades administrativas com considerável sobrecarga de demandas no ano eleitoral;

6.5.3.2 Há despesa com serviço extraordinário, devido ao acréscimo da jornada de trabalho para dar conta da elevada demanda de serviço, além do desgaste do servidor, que trabalha com jornada ampliada durante um período;

6.5.3.3 Apesar de ser prioridade da Justiça Eleitoral, os servidores que se ausentam da sua unidade de lotação para auxílio às outras unidades acabam sobrecarregando o seu setor originário, quando se ausentam para atuarem na força-tarefa;

6.5.3.4 O mais importante de ressaltar é que essa força-tarefa não dispõe de quantidade suficiente de servidores para as necessidades das zonas eleitorais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Dentre as soluções apresentadas, não há uma única solução que atenda totalmente as nossas necessidades durante o período eleitoral, porém, analisadas as vantagens e desvantagens de cada uma delas, a que garante os menores riscos e poderá atender melhor às demandas do Tribunal é a contratação de serviços de apoio administrativo por meio da alocação de postos de trabalho (4.2), sem que sejam descartadas outras três (4.1, 4.4 e 4.5) para momentos específicos do processo eleitoral de 2024.

7.2 Sugere-se que o critério adotado para julgamento das propostas seja o de **menor preço global por LOTE**.

7.3 A empresa contratada deverá comprovar capacidade econômico-financeira além de apresentar garantia para fins de assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4. As atribuições dos auxiliares de eleição recaem sobre a prestação de apoio administrativo às atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas do Tribunal e pelos Cartórios Eleitorais, conforme detalhamento contido no item 2.8 destes estudos preliminares.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Para a estimativa das quantidades de postos de trabalho a serem contratados, observou-se os seguintes critérios:

8.1.1 - Nas Zonas Eleitorais, 1 (um) auxiliar a cada 35 seções eleitorais ou 1 (um) auxiliar por município da circunscrição eleitoral, o que for maior. Ainda há o estabelecimento de limites mínimo e máximo, respectivamente, 03 e 08 auxiliares por zona eleitoral;

8.1.2 Considerando a necessidade de atender a 20 (vinte) pedidos adicionais de postos de trabalho durante as Eleições Gerais de 2022 (relação abaixo), para as Eleições Municipais de 2024 não haverá redução no quantitativo previsto por zona eleitoral, inclusive havendo, em algumas situações um arredondamento para maior. Destas solicitações, pelas projeções das quantidades de seções eleitorais para as Eleições 2024, as zonas eleitorais 11ª ZE, 12ª ZE e 51ª ZE já atingiram, pelo cálculo, o quantitativo de auxiliares que receberam em 2022. As zonas eleitorais 27ª e 36ª fazem jus a apenas 02 (dois) postos de trabalho, entretanto, o critério mínimo estabelecido, por zona eleitoral, é de 03 (três) auxiliares.

1. 4ª ZE - Natal/RN;

2. 5ª ZE - Macaíba/RN;

3. 10ª ZE - João Câmara/RN;

4. 11ª ZE - Canguaretama/RN;

5. 12ª ZE - Nova Cruz/RN;

6. 13ª ZE - Santo Antônio/RN;

7. 14ª ZE - Touros/RN;

8. 16ª ZE - Santa Cruz/RN;

9. 21ª ZE - Florânia/RN; -

10. 32ª ZE - Areia Branca/RN;
1. 44ª ZE - Monte Alegre/RN;

2. 45ª ZE - Apodi/RN;

3. 46ª ZE - Ceará-Mirim/RN;

4. 47ª ZE - Pendências/RN;

5. 49ª ZE - Mossoró/RN;

6. 51ª ZE - São Gonçalo do Amarante/RN;

7. 62ª ZE - João Câmara/RN;

8. 65ª ZE - Pau dos Ferros/RN;

9. 67ª ZE - Nísia Floresta/RN;

10. 68ª ZE - Santa Cruz/RN.

8.1.3 Excepcionalmente, em atendimento à solicitação da 50ª Zona Eleitoral - Parnamirim/RN, também serão concedidos 10 auxiliares de eleição, ficando configurada como única exceção em relação ao critério descrito no item 6.1.1, de no máximo 8 auxiliares por zona eleitoral;

QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS

Zona eleitoral	Auxiliares de Eleição/ município	Auxiliares de Eleição/35 seções	Qtde Auxiliares (critério maior)	Solicitações de ampliação	Aux. Eleições- Quantidade Total	Aux. Eleições: 60 dias	Aux. Eleições: 30 dias
1	1	8	8	0	8	4	4
2	1	8	8	0	8	4	4
3	1	8	8	0	8	4	4

4	1	7	7	1	8	4	4
5	3	6	6	1	7	4	3
6	1	6	6	0	6	3	3
7	2	4	4	0	4	3	1
8	4	3	4	0	4	3	1
9	4	5	5	0	5	3	2
10	2	3	3	1	4	3	1
11	4	5	5	0	5	3	2
12	3	5	5	0	5	3	2
13	4	3	4	1	5	3	2
14	2	4	4	1	5	3	2
15	4	2	4	0	4	3	1
16	3	3	3	1	4	3	1
17	4	2	4	0	4	3	1
18	4	3	4	0	4	3	1
19	4	2	4	0	4	3	1
20	4	6	6	0	6	3	3
21	3	2	3	1	4	3	1
22	4	2	4	0	4	3	1
23	4	2	4	0	4	3	1
24	3	2	3	0	3	3	0
25	1	4	4	0	4	3	1

26	4	2	4	0	4	3	1
27	2	2	3	0	3	3	0
29	1	4	4	0	4	3	1
30	2	4	4	0	4	3	1
31	3	2	3	0	3	3	0
32	3	4	4	1	5	3	2
33	1	8	8	0	8	4	4
34	1	8	8	0	8	4	4
35	1	3	3	0	3	3	0
36	1	2	3	0	3	3	0
37	4	2	4	0	4	3	1
38	3	2	3	0	3	3	0
39	4	2	4	0	4	3	1
40	3	3	3	0	3	3	0
41	4	3	4	0	4	3	1
42	4	2	4	0	4	3	1
43	4	3	4	0	4	3	1
44	4	4	4	1	5	3	2
45	4	2	4	1	5	3	2
46	3	3	3	1	4	3	1
47	3	3	3	1	4	3	1

49	3	3	3	1	4	3	1
50	1	8	8	2	8	5	5
51	1	7	7	0	7	4	3
52	5	2	5	0	5	3	2
53	4	3	4	0	4	3	1
54	3	2	3	0	3	3	0
58	2	3	3	0	3	3	0
62	3	3	3	1	4	3	1
63	4	1	4	0	4	3	1
64	3	5	5	0	5	3	2
65	5	2	5	1	6	3	3
67	3	3	3	1	4	3	1
68	4	2	4	1	5	3	2
69	1	8	8	0	8	4	4

8.1.4 Para as Seções de Urna Eletrônica (SUE), de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, o quantitativo foi estimado com base em anos anteriores, no qual o acréscimo de 4 (quatro), 2 (dois) e 2 (dois) contratados, respectivamente nessas unidades, atenderá ao volume ampliado das atividades ocasionadas pela preparação do pleito de 2024, **totalizando 8 auxiliares de eleições nas unidades administrativas da sede do Tribunal.**

Unidade	Atuação em 120 dias (21.06 a 18.10.2024)	Atuação em 60 dias (19.08 a 18.10)	Atuação em 30 dias (09.09 a 08.10)	2º Turno (30 dias) - Até 07.11 17.11
SSAE	0	2	0	2
SUE	4	0	0	4

Supervisores (SPLE)	1	1	0	1
---------------------	---	---	---	---

8.2 Os postos de trabalho serão contratados para períodos específicos, de acordo com o detalhamento do quadro abaixo, tendo sua atuação e quantitativo variando entre 30 dias, 60 dias ou 120 dias, conforme o caso, para atendimento da alta demanda de atividades nas respectivas datas e localidades.

8.2.1 A solução deverá compreender as seguintes quantidades e períodos por lote para as atividades do **primeiro turno** de votação:

Turno	Lote	Período	Dias	Tipo de colaborador	Quantitativo	Local de Atuação
1º	1	21.06 a 18.10.2024	120	Auxiliar de Eleições SUE	4	Seção de Urna Eletrônica
				Auxiliar de Eleições SPLE (Supervisor)	1	Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE)
		19.08 a 18.10.2024	60	Auxiliar de Eleições SSAE	2	SSAE
				Auxiliar de Eleições	96	Zona Eleitoral
	1	09.09 a 08.10.2024	30	Auxiliar de Eleições	63	Zona Eleitoral
	Total (Lote 1)				166	-
	2	19.08 a 18.10.2024	60	Auxiliar de Eleições SPLE (Supervisor)	1	Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE)
		19.08 a 18.10.2024	60	Auxiliar de Eleições	95	Zona Eleitoral
		09.09 a 08.10.2024	30	Auxiliar de Eleições	34	Zona Eleitoral

	Total (Lote 2)	130	-
	Total (Lotes 1 e 2)	296	-

8.2.2 Caso haja votação em **segundo turno** no Rio Grande do Norte, a execução dos serviços terá continuidade e abrangerá os seguintes quantitativos e períodos por lote:

Turno	Lote	Período	Dias	Tipo de colaborador	Quantitativo	Local de Atuação
2º	1	19.10 a 17.11.2024	30	Auxiliar de Eleições SUE	4	Seção de Urn Eletrônica
				Auxiliar de Eleições SPLE (Supervisor)	1	Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE)
				Auxiliar de Eleições SSAE	2	SSAE
		09.10 a 07.11.2024	30	Auxiliar de Eleições	20	Zona Eleitoral
		19.10 a 17.11.2024	30	Auxiliar de Eleições	20	Zona Eleitoral
	Total (Lote 1)				47	-

8.3 Havendo concordância entre as partes, poderá ainda, ocorrer prorrogação da execução do Contrato **até 19.12.2024** em virtude das demandas decorrentes das atividades cartorárias posteriores às eleições, mediante formalização de Termo Aditivo.

8.4O quantitativo de profissionais terceirizados deverá ser disponibilizado em dois lotes e deverá observar a seguinte disposição em cada um deles:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO POR LOTE

LOTE 1

Zona/Município	Atuação em 120 dias (21.06 a 18.10.2024)	Atuação em 60 dias (19.08 a 18.10)	Atuação em 30 dias (09.09 a 08.10)	2º Turno (30 dias Até 07.11 e 17.11)
1ª Natal	-	4	4	8
2ª Natal	-	4	4	8
3ª Natal	-	4	4	8
4ª Natal	-	4	4	8
5ª Macaíba	-	4	3	-
6ª Ceará-Mirim	-	3	3	-
7ª São José de Mipibu	-	3	1	-
8ª São Paulo do Potengi	-	3	1	-
9ª Goianinha	-	3	2	-
10ª João Câmara	-	3	1	-
11ª Canguaretama	-	3	2	-
12ª Nova Cruz	-	3	2	-
13ª Santo Antônio	-	3	2	-
14ª Touros	-	3	2	-
15ª São José de Campestre	-	3	1	-
16ª Santa Cruz	-	3	1	-
17ª Lajes	-	3	1	-
19ª São Tomé	-	3	1	-

44ª Monte Alegre	-	3	2	-
46ª Ceará-Mirim (Sede)	-	3	1	-
50ª Parnamirim	-	5	5	-
51ª São Gonçalo do Amarante	-	4	3	-
52ª São Bento do Norte	-	3	2	-
53ª Tangará	-	3	1	-
62ª João Câmara (Sede)	-	3	1	-
64ª Extremoz	-	3	2	-
67ª Nísia Floresta	-	3	1	-
68ª Santa Cruz (Sede)	-	3	2	-
69ª Natal	-	4	4	8
Totais	-	96	63	40
SSAE	-	2	-	2
SUE	4	-	-	4
Supervisor (SPLE)	1	-	-	1
Totais	5	98	63	47

LOTE 2				
Zona	Atuação em 120 dias (21.06 a 18.10.2024)	Atuação em 60 dias (19.08 a 18.10)	Atuação em 30 dias (09.09 a 08.10)	2º Turno (30 d - Até 07.11 e 1
18ª Angicos	-	3	1	-

20ª Currais Novos	-	3	3	
21ª Florânia	-	3	1	-
22ª Acari	-	3	1	-
23ª Caicó (Sede)	-	3	1	-
24ª Parelhas	-	3	0	-
25ª Caicó	-	3	1	-
26ª Caicó (Sede)	-	3	1	-
27ª Jucututu	-	3	-	-
29ª Assu	-	3	1	-
30ª Macau	-	3	1	-
31ª Campo Grande	-	3	-	-
32ª Areia Branca	-	3	2	-
33ª Mossoró	-	4	4	-
34ª Mossoró	-	4	4	-
35ª Apodi	-	3	-	-
36ª Caraúbas	-	3	-	-
37ª Patu	-	3	1	-
38ª Martins	-	3	-	-
39ª Umarizal	-	3	1	-

40ª Pau dos Ferros	-	3	-	-
41ª Alexandria	-	3	1	-
42ª Luís Gomes	-	3	1	-
43ª São Miguel	-	3	1	-
45ª Apodi (Sede)	-	3	2	-
47ª Pendências	-	3	1	-
49ª Mossoró (Sede)	-	3	1	-
54ª Assu (Sede)	-	3	-	-
58ª Mossoró (Sede)	-	3	-	-
63ª Portalegre	-	3	1	-
65ª Pau dos Ferros	-	3	3	-
Totais	-	95	34	-
Supervisor (SPLE)	-	1	-	-
Totais	-	96	34	-

Observações:

1) A **23ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Jardim do Seridó, Ouro Branco, São Fernando e Timbaúba dos Batistas, entretanto, sua sede administrativa está situada no município de **Caicó**;

2) A **26ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Serra Negra do Norte, Ipueira, São João do Sabugi e Jardim de Piranhas, porém sua sede administrativa está situada no município de **Caicó**;

- 3) A **45ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Itaú, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Felipe Guerra, contudo, sua sede administrativa está situada no município de **Apodi**;
- 4) A **46ª Zona Eleitoral** é composto pelos municípios de Taipu, Ielmo Marinho e Pureza, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **Ceará-Mirim**;
- 5) A **49ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Upanema, Governador Dix-Sept Rosado e Tibau, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **Mossoró**;
- 6) A **54ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Ipanguaçu, Itajá e Paraú, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **Assu**;
- 7) A **58ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Baraúna e Serra do Mel, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **Mossoró**;
- 8) A **62ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Poço Branco, Bento Fernandes e Jandaíra, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **João Câmara**;
- 9) A **65ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Encanto, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, Água Nova e Marcelino Vieira, no entanto, sua sede administrativa está situada no município de **Pau dos Ferros**;
- 10) A **68ª Zona Eleitoral** é composta pelos municípios de Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã e Lajes Pintadas, entretanto, sua sede administrativa está situada no município de **Santa Cruz**.

8.5 A jornada de trabalho regular dos profissionais terceirizados será de **44h** (quarenta e quatro horas) semanais, prestadas em jornadas diárias de **9 (nove) horas**, de segunda a quinta, com intervalo de 1 (uma) hora e de 8 (oito) horas, na sexta, com intervalo de 2 (duas) horas;

8.6 A jornada de trabalho poderá ser acrescida nos períodos de alta demanda de atividades, que ocorrem nas semanas anteriores às eleições, conforme detalhamento abaixo, a ser prestado mediante autorização prévia e expressa do TRE/RN, por meio de Ordem de Serviço, expedida pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Eleições (STIE), LIMITADO aos quantitativos especificados a seguir:

I. Primeiro Turno:

- a) **Dias úteis:** No período de 22/09/2024 a 04/10/2024 (somente nos dias úteis), a jornada poderá ser acrescida de até **2h/dia (duas horas por dia)**, limitadas a **10h (dez horas)**, devido às atividades relativas à organização dos materiais dos mesários, ao treinamento de mesários, carga e manutenção de urnas eletrônicas;
- b) **Sábado (véspera da eleição):** Jornada de até **10h (dez horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, após as primeiras 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 05.10.2024 (véspera da Eleição), para a preparação das seções eleitorais;
- c) **Domingo:** Jornada de até **14h (quatorze horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, a cada 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 06.10.2024 (dia da Eleição), para as atividades voltadas para o dia da eleição de auxílio ao eleitor, apoio no suporte à votação eletrônica e transmissão dos resultados;

d) **Feriados:** Jornada de até 06h (seis horas), apenas nos dias de feriados municipais e estaduais, para a execução de todas as atividades de apoio administrativo, conforme detalhado abaixo:

- Dia 25/09/2024, nos postos de trabalho alocados na 37ª Zona Eleitoral - Patu/RN;
- Dia 01/10/2024, nos postos de trabalho alocados na 53ª Zona Eleitoral - Tangará/RN;
- Dia 03.10.2024, nos postos de trabalho alocados em todas as zonas eleitorais do estado do Rio Grande do Norte.

II. Segundo Turno, se houver, apenas nos postos de trabalho das zonas eleitorais do município de Natal (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, e 69ª Zonas), a jornada poderá ser:

a) **Dias úteis:** Acrescida de até **2h/dia (duas horas por dia)**, limitadas a **6h (seis horas)**, para os dias úteis do período de 07/10 a 27/10/2024;

b) **Sábado (véspera da eleição):** De até **10h (dez horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, após as primeiras 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 26.10.2024 (véspera da Eleição);

c) **Domingo:** De até **14h (quatorze horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, a cada 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 27.10.2024 (dia da Eleição).

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.979.934,22

9.1 Para o cálculo inicial do valor estimado foi utilizada como parâmetro a Convenção Coletiva do Trabalho firmada entre o SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO e o SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, registrada no MTE sob o nº RN000087/2023.

9.2 Para fins de parâmetro para o cálculo do valor salarial, foi utilizado o valor a ser pago ao profissional assistente de secretariado.

9.3 Em relação aos custos com capacitação, são detalhados os seguintes pontos:

9.3.1 Os treinamentos dos(as) profissionais serão realizados em duas etapas, sendo uma presencial e a outra através de curso à distância. Ambas as etapas constarão de material teórico e prático.

9.3.2 A capacitação presencial será realizada em “cidades polo” (Natal, Santo Antônio, Caicó, pau dos Ferros e Mossoró), sendo que cada Polo receberá 02 (duas) turmas de treinamento, para atingir, respectivamente, todos(as) os(as) Auxiliares de Eleições que serão contratados para atuar por 60 (sessenta) e 30(trinta) dias.

9.3.3 A etapa remota (virtual) será por meio da participação obrigatória no curso EaD voltado para a operacionalização e suporte às urnas eletrônicas e sistemas eleitorais, como material complementar.

9.3.4 Etapa 1 – Treinamento Presencial

9.3.4.1 Todos os(as) colaboradores receberão treinamento teórico e prático sobre as atividades que desempenharão, conforme registros a seguir:

Tipo de Contratado(a)	Data do treinamento	Quant. de treinandos	Responsável pelo treinamento
Auxiliares da SUE	21.06	04	SUE
Auxiliar da SPLE (supervisor)	21.06	01	SUE
Auxiliar da SPLE (supervisor)	19 a 20.08.2024	01	Coordenadores de Suporte Técnico Presencial
Auxiliares da SSAE	19 a 20.08.2024	02	Coordenadores de Suporte Técnico Presencial
Auxiliares das Zonas por 60 dias	19 a 20.08.2024	191	Coordenadores de Suporte Técnico Presencial
Auxiliares das Zonas por 30 dias	09 a 10.09.2024	97	Coordenadores de Suporte Técnico Presencial

9.3.4.2 Os(As) Auxiliares de Eleições que atuarão nas Zonas Eleitorais, na SSAE e na SPLE, receberão treinamento teórico e prático nos respectivos polos, conforme detalhado a seguir:

Polo	Município Sede	Zonas e unidades vinculadas a cada polo
Polo I	Natal	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 14, 16, 17, 19, 46, 50, 51, 52, 53, 62, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000
Polo II	Santo Antônio	7, 9, 11, 12, 13, 15, 44 e 67
Polo III	Caicó	20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27
Polo IV	Pau dos Ferros	37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 63 e 65
Polo V	Mossoró	18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 45, 47, 49, 54 e 58

9.3.4.3 Cada Polo receberá 02 (duas) turmas de treinamento, para atingir, respectivamente, todos(as) os(as) Auxiliares de Eleições que serão contratados para atuar por 60 (sessenta) e 30 (trinta) dias.

--	--

Período 19 a 20.08.2024		Período 09 a 10.09.2024	
Turma/Polo	Quant. treinandos	Turma/Polo	Quant. treinandos
Turma I - Polo I	75	Turma II - Polo I	50
Turma I - Polo II	24	Turma II - Polo II	13
Turma I - Polo III	24	Turma II - Polo III	8
Turma I - Polo IV	27	Turma II - Polo IV	9
Turma I - Polo V	44	Turma II - Polo V	17
Total	194	Total	97

9.3.5 Etapa 2 – Treinamento à Distância

9.3.5.1 Todos(as) os(as) colaboradores(as) deverão participar de Curso EaD sobre Urnas e Sistemas Eleitorais, a ser disponibilizado pelo TRE/RN, devendo obter média igual ou superior a 7. O referido curso também ficará disponível para consultas posteriores.

Tipo de Contratados(as)	Período de disponibilização do Curso EaD	Quant. de Treinandos
Auxiliares da SUE	A partir de 21.06	04
Auxiliar da SPLE (supervisor)	A partir de 21.06	01
Auxiliar da SPLE (supervisor)	A partir de 19.08	01
Auxiliares da SSAE	A partir de 19.08	02
Auxiliares das Zonas por 60 dias	A partir de 19.08	191
Auxiliares das Zonas por 30 dias	A partir de 09.09	97

9.3.6 Custos Relativos à Capacitação

A empresa contratada arcará com os seguintes custos relativos à capacitação:

1. Deslocamentos dos profissionais dos municípios de lotação para o município sede de capacitação;
2. Alimentação (almoço e dois lanches) e eventual hospedagem;
3. Locação de imóvel adequado para a realização dos treinamentos (Exceto Polo I);
4. Infraestrutura necessária aos treinamentos (Exceto Polo I), como mobiliários, equipamentos de projeção e computadores, acesso à rede internet;
5. Movimentação das urnas eletrônicas do Cartório Eleitoral dos Municípios Sede de Treinamento para os locais de treinamento (transporte e carregadores) – (Exceto Polo I);
6. Impressão e encadernação das apostilas de orientação;
7. Fornecimento de uniforme aos terceirizados;
8. Disponibilização de chave Philips aos profissionais para utilização nas urnas eletrônicas.

9.3.7 Deslocamento dos Postos de Trabalho

9.3.7.1 Haverá deslocamentos dos postos de trabalho para os eventos de capacitação, bem como de geração de mídias e preparação de urnas, conforme discriminados a seguir:

9.3.7.2 Deslocamento para as capacitações

Evento	Local de atuação	Período	Quantitativo	Movimentação
Turma I - Polo I	Natal	19 a 20.08	75	Dos municípios de Macaíba, Ceará-Mirim, S Paulo do Potengi, João Câmara, Touros, Sar Cruz, Lajes, São Tomé, Parnamirim, São Gonç do Amarante, São Bento do Norte, Tangará Extremoz para Natal e retorno
Turma I - Polo II	Santo Antônio	19 a 20.08	24	Dos municípios de São José de Mipit Goianinha, Canguaretama, Nova Cruz, São Jo de Campestre, Monte Alegre e Nísia Florest para Santo Antônio e retorno
Turma I - Polo III	Caicó	19 a 20.08	24	Dos municípios de Currais Novos, Florânia, Aç Parelhas e Jucurutu para Caicó e retorno
Turma I - Polo IV	Pau dos Ferros	19 a 20.08	27	Dos municípios de Patu, Martins, Umariz Alexandria, Luís Gomes, São Miguel e Portaleç para Pau dos Ferros e retorno
Turma I - Polo V	Mossoró	19 a 20.08	44	Dos municípios de Angicos, Assu, Macau, Cam Grande, Areia Branca, Apodi, Caraúbas Pendências para Mossoró e retorno
Turma II - Polo I	Natal	09 a 10.09	50	Dos municípios de Macaíba, Ceará-Mirim, S Paulo do Potengi, João Câmara, Touros, Sar Cruz, Lajes, São Tomé, Parnamirim, São Gonç do Amarante, São Bento do Norte, Tangará Extremoz para Natal e retorno

Turma II - Polo II	Santo Antônio	09 a 10.09	13	Dos municípios de São José de Mipit, Goianinha, Canguaretama, Nova Cruz, São João de Campestre, Monte Alegre e Nísia Floresta para Santo Antônio e retorno
Turma II - Polo III	Caicó	09 a 10.09	8	Dos municípios de Currais Novos, Florânia, Açuparelhas e Jucurutu para Caicó e retorno
Turma II - Polo IV	Pau dos Ferros	09 a 10.09	9	Dos municípios de Patu, Martins, Umarizal, Alexandria, Luís Gomes, São Miguel e Portalegre para Pau dos Ferros e retorno
Turma II - Polo V	Mossoró	09 a 10.09	17	Dos municípios de Angicos, Assu, Macau, Camapó Grande, Areia Branca, Apodi, Caraúbas e Pendências para Mossoró e retorno

9.3.7.3 Deslocamento para o evento de Geração de Mídias e Preparação das Urnas

Evento	Local de atuação	Período	Quantitativo	Movimentação
GM e Carga da 50ª ZE/RN	Natal	23 a 25.09	10	Do município de Parnamirim para Natal e retorno
GM e Carga da 5ª e 51ª ZE/RN	Natal	26 a 27.09	14	Dos municípios de Macaíba e São Gonçalo Amarante para Natal e retorno

9.4 Seguem as planilhas com a especificação dos custos estimados por posto de trabalho e por lote para o 1º e 2º turnos das eleições 2024.

9.4.1 Custos do 1º Turno

Custos do 1º Turno					
Turno	Lote	Especificação	Quantidade	Valor Unitário do Posto de Trabalho	Valor Total
		Auxiliar de Eleições SUE Início: 21.06.2024 Final: 18.10.2024 (120 dias)	4	R\$ 13.387,00	R\$ 53.55

1º	1	Auxiliar de Eleições Supervisor SPLE Início: 21.06.2024 Final: 18.10.2024 (120 dias)	1	R\$ 14.886,12	R\$ 14.88
		Auxiliar de Eleições SSAE Início: 19.08.2024 Final: 18.10.2024 (60 dias)	2	R\$ 7.307,10	R\$ 14.61
		Auxiliar de Eleições Zonas Início: 19.08.2024 Final: 18.10.2024 (60 dias)	96	R\$ 7.043,14	R\$ 676.14
		Auxiliar de Eleições Zonas Início: 09.09.2024 Final: 08.10.2024 (30 dias)	63	R\$ 3.762,51	R\$ 237.038,0
	Totais do Lote 1 (1º turno)		166	-	R\$ 996.23
		Auxiliar de Eleições Supervisor SPLE Início: 19.08.2024 Final: 18.10.2024 (60 dias)	1	R\$ 7.494,06	R\$ 7.49
		Auxiliar de Eleições Zonas Início: 19.08.2024 Final: 18.10.2024	96	R\$ 7.128,05	R\$ 684.29

		(60 dias)			
	2	Auxiliar de Eleições Zonas Início: 09.09.2024 Final: 08.10.2024 (30 dias)	34	R\$ 4.051,89	R\$ 137.76
	Totais do Lote 2 (1º turno)		131	-	R\$ 829.55
	Totais Lotes 1 e 2 (1º turno)		296	-	R\$ 1.825.78

9.1.2 Custos do 2º Turno

Custos do 2º Turno					
Turno	Lote	Especificação	Quantidade	Valor Unitário do Posto de Trabalho	Valor Total p Posto de Trabalho
2º	1	Auxiliar de Eleições SUE Início: 18.10.2024 Final: 17.11.2024 (30 dias)	4	R\$ 3.340,74	R\$ 13.36
		Auxiliar de Eleições Supervisor SPLE Início: 18.10.2024 Final: 17.11.2024 (30 dias)	1	R\$ 3.881,90	R\$ 3.88
		Auxiliar de Eleições SSAE Início: 18.10.2024 Final: 17.11.2024 (30 dias)	2	R\$ 3.440,87	R\$ 6.88

	Auxiliar de Eleições Zonas Capital Início: 08.10.2024 Final: 07.11.2024 (30 dias)	20	R\$ 3.250,62	R\$ 65.01
	Auxiliar de Eleições Zonas Capital Início: 18.10.2024 Final: 17.11.2024 (30 dias)	20	R\$ 3.250,62	R\$ 65.01
	Totais do Lote 1 (2º turno)	47	-	R\$ 154.151

Custos totais - 1º e 2º Turnos		
CUSTOS	QUANTITATIVOS	VALORES
Custos Totais do 1º Turno (Lotes 1 e 2)	296	R\$ 1.825.782,70
Custos Totais do 2º Turno (Lotes 1 e 2)	47	R\$ 154.151,52
Custos Totais do 1º e 2º Turnos (Lotes 1 e 2)	343	R\$ 1.979.934,22

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 10.1 O parcelamento da solução em lotes é viável, seguindo-se a divisão proposta nas planilhas constantes do subitem 8.4, devendo ser considerada, ainda, a possibilidade de retomada dos serviços somente nas Zonas Eleitorais do município de Natal, caso haja segundo turno para as eleições municipais de 2024 no Rio Grande do Norte.
- 10.2 O fracionamento em lotes, mostrou-se, ainda, ser econômica e tecnicamente viável, em razão da natureza comum dos serviços, contribuindo para que os concorrentes da seleção se especializem na região do Estado onde possuam maior capilaridade, tornando o processo mais competitivo, sem que haja perda de escala.
- 10.3 O parcelamento do objeto em apenas dois LOTES justifica-se pelas seguintes razões:

- a) os serviços contratados pela Administração devem ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala;
- b) o parcelamento em dois LOTES viabiliza o alcance de empresas de menor capital que seriam fatalmente excluídas em face do grande aporte financeiro necessário para a contratação em lote único;
- c) a divisão em dois LOTES, além do disposto nas alíneas anteriores, ameniza o risco de esvaziamento do certame em relação a postos de trabalho alocados em cidades menores ou mais distantes dos grandes centros urbanos do Estado, agregando competitividade ao valor de mercado aos contratos e despertando interesse das empresas de terceirização existentes no mercado regional

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para atender esta contratação.

11.2 Apenas deverá ser fornecido pela mesma empresa, juntamente com o serviço contratado, as ferramentas de uso diário e material de apoio, conforme detalhado abaixo:

Materiais	Quantidade por posto de trabalho
Colete em <i>dry fit</i> ou poliéster na cor cinza ou bege, com a logomarca da empresa contratada no peito e a identificação da função nas costas “ AUXILIAR DE ELEIÇÃO” nas cores preta	02
Crachá com a identificação do profissional	01
Chave Phillips 3/16’ x 4”	01
Impressão e encadernação de material de apoio (4 apostilas com quantidade total aproximada de 90 folhas)	04

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Há previsão no plano anual de contratações com o código da demanda COE.POE_24.01.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Os benefícios advindos da solução apontada envolvem a eficiência na execução das atividades de apoio às Eleições, especialmente no apoio às atividades administrativas realizadas nos Cartórios Eleitorais de todo o Estado do RN e nas Seções de Urna Eletrônica (SUE), de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, com vistas à preparação das Eleições Municipais de 2024.

13.2 A economicidade traduz-se no fornecimento da infraestrutura de treinamentos e deslocamentos por parte da contratada, suprimindo essa necessidade pelo TRE/RN, bem como o pagamento da remuneração ao prestador dos serviços terceirizados, que é bem mais vantajoso aos cofres públicos do que se utilizar de servidores concursados do TRE/RN.

13.3 Busca-se, portanto, garantir que o processo eleitoral seja efetivamente realizado, cumprindo-se todos os prazos previstos no calendário eleitoral, e que todas as atividades dele decorrentes transcorram de forma adequada nos Cartórios Eleitorais, Locais de Votação, Seções Eleitorais e Juntas Eleitorais do Rio Grande do Norte nas Eleições Municipais de 2024, mediante o correto e célere desenvolvimento dos trabalhos inerentes à preparação, execução, transmissão dos resultados e totalização no referido pleito.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A adequação dos ambientes de trabalho para a recepção dos profissionais contratados, nos casos em que houver necessidade, é de responsabilidade das unidades administrativas do Tribunal nas quais serão alocados os postos de trabalho, cabendo a elas providenciarem mobiliário, materiais e equipamentos necessários, limitados à disponibilidade do Tribunal.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A fornecedora da solução deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

b) Realizar trabalho de conscientização dos colaboradores sobre o uso (racional) do(a): Água (potável e banheiros); Energia elétrica; Elevadores e escadas; Telefone, utilizando, preferencialmente, o sistema de telefonia VoIP (Voice over Internet Protocol – Voz sobre IP); Veículos; Copos descartáveis; Papéis (impressão); Envelopes, plásticos, madeiras e vidros (utilizados para embalagem); Luvas e máscaras descartáveis; Adaptadores, cabos e conectores.

c) Respeitar as atividades voltadas para o cumprimento do Plano de Logística Sustentável, como por exemplo, cumprir o descarte correto de resíduos sólidos (Coleta Seletiva adotada);

- d) Observar, quanto à identificação e o recolhimento, para o setor responsável do TRE-RN, dos: Suprimentos utilizados para impressão e digitalização (cartuchos, toners e lâmpadas), papéis, pilhas, baterias, metais, carcaças e demais resíduos de equipamentos de TI (fitas, cabos, mídias, dispositivos eletrônicos, etc), para posterior destinação (empresas de logística reversa para reuso e reciclagem). Equipamentos de TI inservíveis, para posterior destinação (doação ou descarte).
- e) Utilizar o material de limpeza e conservação específico destinado à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de TI.
- f) Observar os fundamentos legais constantes na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI /MPOG.

15.2 Contratações dessa natureza, conforme proposta nesse estudo, não costumam causar impactos ambientais significativos. Ainda assim, o Termo de Referência será elaborado com base nas diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE/RN com vistas a minimizar os eventuais impactos ambientais que possam ocorrer.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Por todo o exposto, entende a equipe de planejamento ser necessária e viável do ponto de vista técnico e gerencial, a contratação pretendida de prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2024 no Estado do Rio Grande do Norte, mediante alocação de postos de trabalho, nos quantitativos previstos no tópico 6 deste documento, para atuação nas Zonas Eleitorais, na Seção de Urna Eletrônica, na Seção de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições do TRE/RN para o desenvolvimento das atividades descritas no subitem 5.4 destes Estudos.

16.2 A presente equipe de planejamento submete os presentes Estudos Preliminares à análise jurídica, econômico-financeira e à deliberação da Administração Superior.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUSSARA DE GOIS BORBA MELO DINIZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/04/2024 às 17:16:25.

ERNESTO LECA PINTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/04/2024 às 17:12:43.

MARIA TERESA FARACHE PORTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/04/2024 às 19:10:31.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Gerenciamento de Riscos - Auxiliares de Eleição.pdf (130.11 KB)

Anexo I - Gerenciamento de Riscos - Auxiliares de Eleição. pdf



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo Eletrônico nº 9008/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2024 no Estado do Rio Grande do Norte, mediante alocação de postos de trabalho (344 – trezentos e quarenta e quatro), para atuação nas Zonas Eleitorais, na Seção de Urna Eletrônica (SUE), na Seção de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições (SSAE) e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN.

1. OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo o presente Gerenciamento de Riscos identificar os eventos que ensejam riscos e os impactos associados desde o planejamento da aquisição até o encerramento do contrato e estudar as soluções aplicáveis para fins de controle, prevenção e mitigação de acordo com as disposições contidas nos arts. 25 e 26 da IN 5/2017 – SEGES/MPDG; Resolução TSE nº 23.702/2022 e Resolução TRE/RN nº 17/2017.

1.2 Trata-se de uma contratação prioritária para o TRE/RN como demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, pela necessidade de apoio administrativo às atividades preparatórias para as Eleições Municipais 2024, tendo em vista o baixo contingente de pessoal efetivo deste Tribunal para dar conta da demanda exigida por uma eleição nos 167 (cento e sessenta e sete) municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

1.3 Segue, anexo, mapa de riscos com as ações a serem adotadas pelas unidades competentes visando minimizar o risco ou sanar/reduzir os impactos, no caso de ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

MAPA DE RISCOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
1						
1	1 -Atraso no início do processo licitatório	M	1 - Comprometimento do início da prestação dos serviços	A	Acompanhar o andamento do PAC 2024. Priorizar o processo no sistema eletrônico administrativo. Resp.: Equipe de Planejamento e COLIC.	A depender do atraso, com o intuito de minimizar esse dano, deslocar servidores para o apoio às zonas eleitorais. Resp.: Alta Administração
1	1 - Contratação de serviços inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do TRE/RN.	B	1 - Contratação ilegal à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018, Resolução TSE nº 23.702/2022 e jurisprudência do TCU. 2- Impacto nos cálculos das despesas com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da	A	1 - Leitura atenta das vedações contidas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, Art. 12 Res. TSE nº 23.702/2022 e acórdãos do TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Deixar claro nos artefatos da fase de planejamento da contratação que os serviços serão de apoio/auxílio, devendo as atividades relativas ao planejamento, pareceres técnicos, decisões, e outras de cunho estratégico serem de responsabilidade dos servidores.	1 - Promover alteração qualitativa no contrato para adequar as atividades dos terceirizados de acordo com a legislação. Não sendo possível, promover a extinção imediata do contrato. Resp: Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			LC 101/2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal).		<p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Consulta ao CBO (Código Brasileiro de Ocupações), Decreto-lei nº 9.295/46, Resolução CFC nº 1.640/2021 e Resolução TSE nº 20.761/2000 para fins de seleção de profissional não abrangido pelo plano de cargos do TRE/RN.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	
1	<p>1 - Contratação de quantitativo de profissionais superior às necessidades.</p> <p>2 - Adoção de carga horária de trabalho superior às necessidades.</p>	M	<p>1 - Superfaturamento do contrato.</p> <p>2 - Profissionais ociosos.</p>	A	<p>1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Leitura atenta da CCT correspondente à categoria profissional no que diz respeito a carga horária de trabalho a ser exigida do terceirizado.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - Alterar o contrato para adequá-lo às reais necessidades do TRE/RN e, em não sendo possível, promover a sua extinção.</p> <p>Resp: Administração.</p> <p>2 - Suprimir o contrato quantitativamente em até 25% do valor total.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.</p> <p>3 - Suprimir o contrato quantitativamente em até 25% do valor total.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					3 - Elaborar previamente um plano de trabalho para facilitar o acompanhamento das atividades evitando a ociosidade do terceirizado. Resp: Cartórios Eleitorais	Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.
1	1 - Contratação de quantitativo de profissionais inferior às necessidades.	B	1 - Serviços não serão executados nos prazos exigidos. 2 - Provável queda na qualidade dos serviços executados pela baixa quantidade de terceirizados à disposição.	A	1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Acréscimo percentual de até 25% do valor total do contrato. Resp: Equipe de Fiscalização. 2 - Enviar reforço de pessoal para auxiliar no cartório eleitoral Resp: Alta Administração
1	1 - Sobrecarga de trabalho dos servidores por falta de pessoal para execução de atividades	MA	1 - Prejuízo ao pleito eleitoral por perda de prazos legais e redução da qualidade na execução das atividades eleitorais.	MA	1 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2024.	Não há.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
	apoio administrativo					
2	1 - Erro no estabelecimento do valor estimado.	MB	1 - Contratação superfaturada, no caso de valor estimado com sobrepreço. 2 - Licitação deserta ou fracassada, no caso de valor estimado subdimensionado.	A	1 - Indicar no termo de Referência a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que foi utilizada na pesquisa de preços. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Ler toda a Convenção Coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios. Resp: SETEC. 3 - Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos de pagamento obrigatório. Resp: SETEC. 4 - A pesquisa de preços deverá ser realizada com base na IN nº 5/2017 - MPDG e IN nº 65/2021 – SEGES/ME.	1 - No caso da contratação ser efetivada, deverá ser proposta redução no valor do contrato a níveis compatíveis com o mercado ou extinção contratual. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração. 2 - No caso de fracasso da licitação, deverá ser realizado novo procedimento de contratação, com nova pesquisa de preços corrigindo os vícios existentes. Resp: Equipe de Planejamento e SETEC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					Resp: SETEC.	
2	1 - Falta de interesse do mercado no objeto da licitação.	B	1 - Contratação deserta ou fracassada.	MA	<p>1 - No Termo de Referência, exigir apenas os documentos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, IN nº 5/2017 - SEGES/MPDG e normas específicas do objeto, como as resoluções do CRC.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Para fins de contratação, adotar no Termo de Referência apenas as exigências necessárias. Evitar, por exemplo, cláusula de reserva geográfica e permitir subcontratação parcial, se cabível.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Consultar previamente o mercado.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - Consultar o mercado a fim de conhecer os motivos do desinteresse e realizar novo procedimento de contratação, excluindo do Termo de Referência as exigências restritivas.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>
3	1 - Contratada atrasa pagamento aos seus funcionários.	A	1 - Possíveis demandas judiciais pelos atrasos nos pagamentos aos funcionários terceirizados.	A	1 - Prever no Termo de Referência a aplicação de sanções administrativas para o caso de atraso no pagamento por parte da contratada aos seus funcionários.	1 - Realizar o pagamento diretamente aos terceirizados, nos termos previstos no Edital do certame licitatório e no contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			2 - Insatisfação dos funcionários pelo atraso no pagamento já que se trata de direito líquido e certo receber o salário e demais benefícios dentro do prazo previsto em lei e no contrato trabalhista.		<p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Prever no Termo de Referência a possibilidade do TRE/RN pagar o salário e demais benefícios diretamente aos funcionários terceirizados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Exigir no Termo de Referência que a contratada providencie a abertura de conta vinculada.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Indicar no Termo de Referência cláusula que exija da contratada o pagamento aos funcionários dos valores vigentes em convenção coletiva.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>Resp: Equipe de Fiscalização, SEGEC e Administração.</p> <p>2 - Oficiar a empresa contratada alertando para a possibilidade de extinção contratual caso a situação venha a se repetir e aplicar as sanções administrativas cabíveis.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e AJDG.</p>
3	1 - Dificuldade na análise de documentos tributários/contábil.	MA	1 - Demanda judicial por falta ou erro em análise de documentação trabalhista em contratações de	MA	<p>1 - Propor a contratação de serviços de apoio na área contábil.</p> <p>Resp: Administração.</p>	Não há.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			terceirização com mão de obra residente. 2 - Erro na retenção de tributos por falta de apoio na realização da tarefa.			
3	1 - Prática de assédio promovida pelo TRE/RN contra os funcionários terceirizados.	MB	1 - Insatisfação dos funcionários pelo dano moral sofrido, podendo ocorrer judicialização quanto ao assédio praticado.	MA	1 - Prever no Termo de Referência a necessidade de conhecimento por parte dos funcionários da contratada da política de combate ao assédio promovida pelo TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Estudar a legislação e regulamentação sobre o tema em fontes como CNJ, TSE e TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Campanha de divulgação interna. Resp: Administração.	1 - Intensificação na fiscalização contratual para conscientizar o servidor que estiver praticando assédio contra o funcionário terceirizado. Resp: Equipe de Fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
3	1 - Insatisfação dos profissionais com o baixo salário a ser pago.	A	1 - Profissionais em busca de melhores condições salariais, provocando alta rotatividade nos postos de trabalho.	A	1 - Procura por uma CCT com melhores condições salariais. Resp: Equipe de Planejamento.	Não há.
3	1 - Terceirizado realizar atividades não previstas em contrato (desvio de função)	M	1 - Prejuízo na execução dos serviços que estão previstos em contrato. 2 - Insatisfação dos profissionais com possibilidade de judicialização.	MA	1 - As atribuições dos terceirizados deverão estar bem detalhadas no contrato. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - A contratada será orientada a expor de imediato à fiscalização qualquer atividade que for solicitada e não esteja prevista em contrato. Resp: Equipe de Fiscalização.
3	1 - Relação de pessoalidade e subordinação entre Contratante e empregados da Contratada que possam caracterizar	B	1 - Reconhecimento do vínculo empregatício pela Justiça Trabalhista levando a prejuízo ao erário.	MA	1 - As atribuições estarão detalhadamente descritas no contrato. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - De acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG será estabelecido no Termo de Referência as	1 - O STF adotou entendimento da impossibilidade de vínculo empregatício entre terceirizado e a Administração Pública, diferentemente do entendimento adotado pelo TST. Caso o vínculo empregatício seja reconhecido pela Justiça Trabalhista, a União deverá recorrer ao STF.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
	relação empregatícia.				atividades a serem executadas pelos terceirizados como forma de evitar a subordinação jurídica. Resp: Equipe de Planejamento.	Resp: Administração.
3	1 - Empresa contratada indicar profissionais inabilitados ou com pouca experiência.	M	1 - Baixa qualidade dos serviços executados. 2 - Prejuízo na fiscalização dos contratos com mão de obra terceirizada e outras atividades decorrentes do objeto contratual.	MA	1 - Indicar no Termo de Referência o IMR - Índice de Medição de Resultado com possibilidade de glosa no pagamento para serviços entregues com qualidade inferior ao mínimo exigido. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Indicar no Termo de Referência entre as condições da contratação a habilitação do profissional bem como a experiência mínima necessária. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Fiscalizar se a qualificação do profissional indicado pela contratada está de acordo com o exigido em Edital. Resp: Equipe de Fiscalização.	1 - Glosar o pagamento de acordo com o IMR. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
3	Interrupção da execução do contrato pela contratada.	B	1 - Serviços não serão executados ocasionando prejuízo ao pleito eleitoral.	MA	1 - Previsão no Termo de Referência da garantia contratual. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Previsão em Edital de critérios de habilitação econômico-financeira. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Previsão no Termo de Referência de aplicação das sanções administrativas cabíveis. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Acionamento da garantia contratual. Resp: Administração.

Fase 1: Planejamento da contratação, 2: Seleção do fornecedor, 3: Gestão do contrato

Tabela de Gradação (Possibilidade de ocorrência do risco e Impacto):

MA - Muito Alto, A - Alto, M - Médio, B - Baixo, MB - Muito Baixo

Natal/RN, 22 de janeiro de 2024.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

Maria Teresa Farache Porto - COELE/STIE
Integrante Demandante

Ernesto Leça Pinto - SETEC
Integrante Administrativo

Jussara de Gois Borba Melo Diniz - SPLE/COELE/STIE
Integrante Técnico